

Uma novela ecologista na Grécia antiga

MARIA HELENA DE TEVES COSTA UREÑA PRIETO

Universidade de Lisboa

Em 1866, o biólogo alemão Ernst Haeckel criava, com duas palavras gregas (οἶκος e λόγος), a palavra *ecologia*. Definia ele a ecologia, pouco mais ou menos, como “o conhecimento da economia da natureza, a investigação de todas as relações de um animal ao mesmo tempo com o seu meio inorgânico e orgânico, incluindo, além disso, todas as suas relações amigáveis e antagónicas com os animais e as plantas com os quais entra directamente em contacto”. Numa palavra, a ecologia é o estudo de todas as inter-relações complexas consideradas por Darwin como as condições da luta pela vida. Esta ciência da ecologia formou durante muito tempo o principal elemento do que é habitualmente considerado como história natural¹.

Entre as muitas preocupações dos ecologistas podem incluir-se a da urbanização e a da industrialização. Mais do que um nos chama a atenção para os perigos que afectam os recursos e riquezas naturais². Desde a Antiguidade o homem teve por hábito edificar as cidades em plenas bacias aluviais ou nas planícies litorais mais férteis. Esta prática não teve grande importância enquanto as populações urbanas foram de

¹ Pierre Aguesse, *Clefs pour l'écologie* (Paris 1971).

² “Ressources et richesses naturelles en péril” por F. Ramade, in *Encyclopédie de l'Écologie – Ce présent en question* (Paris 1977) 231-279.

extensão reduzida. Mas não acontece o mesmo hoje sob o efeito conjunto do crescimento demográfico e do êxodo rural³.

Vamos dar uma vista de olhos à preocupação que os antigos já tinham com o meio ambiente em que viviam, antes de concentrarmos a nossa atenção numa curta novela rústica, escrita há cerca de 19 séculos (*O caçador da Eubeia* de Dion de Prusa), onde o autor quis situar as personagens em pleno campo, longe das cidades e numa vida pautada pela natureza, em oposição ao *nomos*, aos preceitos artificiais da civilização urbana.

J. Donald Hughes, no seu livro intitulado *Ecology in Ancient Civilizations*, dedica um capítulo, que especialmente nos interessa, à atitude dos Gregos perante a natureza⁴. Lembra o autor que os Gregos antigos gozavam com o contacto da natureza. Já na arte minóica e na arte micénica, antepassadas da grega, foram representadas paisagens e cenas animais que nos são conhecidas pelas restos arqueológicos. Os Gregos, os Macedónios e, na sua esteira, os Romanos registaram na arte o seu apreço pela natureza. Se a pintura antiga se perdeu na sua quase totalidade, restam-nos ainda as representações cerâmicas dos vasos e alguns mosaicos para atestarem o interesse dos antigos pelo meio ambiente. A arquitectura grega e a escultura incluíam motivos extraídos da natureza: folhas estilizadas, flores e cabeças de animais ornavam tectos e capitéis de colunas. Não faltam também da época clássica relevos com representações de touros, leões, cavalos, etc. A época helenística, no período alexandrino e no período romano, continuou a tradição. E até nas representações mitológicas, como as da deusa Ártemis, caçadora flanqueada por animais selvagens com seus atributos, se espelha o interesse dos antigos pela natureza.

E que dizer da literatura? Desde Homero que abunda a adjectivação para descrever o mar e a terra, os rios, os vales e as montanhas. É sobretudo nas comparações, nos célebres “símiles” homéricos, que se encontram as referências ao mundo animal e vegetal. Os poetas líricos,

³ Idem, *ibidem*, 241.

⁴ J. D. Hughes, *Ecology in Ancient Civilizations* (Albuquerque 1975) 56-67.

sobretudo Safo, souberam exprimir a sua emoção tanto perante os prados cobertos de flores primaveris como perante a noite estrelada. E levaríamos muito tempo se quiséssemos analisar a atenção que os poetas dramáticos deram à natureza. Não é, porém, essa a nossa intenção agora. Não podemos, no entanto, deixar de referir, ainda que rapidamente, o nome de Teócrito, o criador da poesia bucólica, que, passados séculos, se iria converter na poesia e no romance pastoris europeus, muito apreciados nas épocas respectivas. Hoje em dia, consideramos fastidiosa essa literatura de evasão de épocas pretéritas, depois do surto incomparável do romance a partir do século XIX, com profundidade na análise psicológica e variedade na temática, mas quem ler Teócrito com o espírito desprevenido não pode deixar de apreciar a sua capacidade para expandir a alegria de viver em contacto com a natureza e a sua visão solar e resplandecente da existência.

Mas, para além da simples admiração pela natureza, os Gregos tentaram compreender o seu meio. Ao contrário de outros povos antigos, esforçaram-se por compreender a natureza racionalmente, não miticamente. É claro que o mito e a religião persistiram na Grécia e estão muitas vezes reflectidos na filosofia grega. Os primitivos filósofos, contudo, puseram seriamente a eles próprios questões acerca da substância que forma o mundo e do processo que se desenvolve no mundo. Todos os filósofos chamados pré-socráticos opinaram sobre os elementos constitutivos do mundo (fogo, água, terra e ar) e todos partilharam a hipótese de que o mundo natural pode ser entendido pela inteligência humana porque tem em si próprio uma ordem racional interior. O ambiente natural, de acordo com os Gregos, tem unidade e harmonia em todas as suas partes, como se tivesse sido concebido por uma mente divina.

Os Gregos não faziam uma distinção rígida entre coisas vivas e não-vivas. Alguns acreditavam que as estrelas eram seres vivos. Outros pensavam que a alma era uma substância material. Aristóteles, por exemplo, ensinava que o vivo e o não-vivo se fundiam um no outro gradualmente. Todo o universo podia assim ser concebido pelos Gregos como um organismo vivo. Todas as formas de vida, participando da

mesma substância e formando parte do mesmo mundo, compartilhavam por isso uma certa afinidade.

Não podemos, todavia, falar de uma única atitude grega perante o ambiente natural. Leucipo e Demócrito, por exemplo, acreditavam que o mundo era puramente físico, sendo composto de partículas invisíveis, chamadas átomos, cujos movimentos são puramente mecânicos e governados por acidente. Este ponto de vista nega a ideia de finalidade no universo. De acordo com Epicuro, cuja filosofia segue estas linhas, não há nenhum criador além da própria natureza e a natureza actua através de causas físicas e cegas.

Os Gregos aceitavam que o ambiente tinha grande influência sobre a humanidade. A latitude e o clima determinavam a estatura, a força e outras características dos habitantes de uma região. O físico Hipócrates, pai da medicina, sublinha a importância do ambiente na causa, diagnóstico e tratamento das doenças. Pelo conhecimento do clima, da exposição e da qualidade da água de um lugar, Hipócrates ensinava que um médico podia saber que doenças eram de esperar entre o povo que lá vivesse e podia sugerir modificações que deviam contribuir para a cura do paciente.

Outros autores apontaram a influência do ambiente na história humana. Tucídides, por exemplo, sugeriu que o solo pouco espesso e seco da Ática tornou a terra pouco aliciante para potenciais invasores e salvou-a de ser conquistada. Demócrito acreditava que muitos dos progressos feitos pela civilização humana são o resultado da observação dos hábitos de outros animais.

A humanidade para os Gregos, porém, não era uma mera vítima ou discípula do ambiente. Viam a espécie humana como capaz de alterar o mundo como nenhuma outra criatura pode fazê-lo. Os Gregos parece terem-se apercebido de que a humanidade fora menos avançada em tempos passados e atribuíam a civilização a dois factores: o uso do fogo e a cultura dos cereais. Sabiam que a agricultura tinha sido praticada na Grécia por muitas gerações e acreditavam que através dela a humanidade estava a alterar a terra, criando modelos de beleza. Estrabão, geógrafo tardio, acreditava que as pessoas trabalhavam em comunhão com a

natureza para rectificar as deficiências do meio. Os Gregos, contudo, nem sempre eram optimistas acerca das alterações provocadas pela natureza. Heródoto sentiu que muitas obras poderosas, como pontes e canais, eram perigosas infracções à ordem natural. Platão fez uma das melhores análises dos tempos antigos, quando descreveu o desbaste da flora da Ática e a erosão do solo daí resultante, assim como a extinção das nascentes, de tal modo, dizia ele, que “o que agora subsiste comparado com o que então existia é como que o esqueleto de um homem enfermo, perdida a terra pingue e macia e somente ficando o esqueleto nu da terra”⁵.

A convicção de que a terra, sob a mão da humanidade, sofre de degenerescência e não de progresso foi atingida por muitos Gregos e reforçada pela recordação da velha lenda da Idade de Ouro contada por Hesíodo. Na Idade de Ouro, a terra produzia frutos e cereais por si mesma, sem a necessidade da agricultura. Todos os animais eram amistosos e ajudavam os seres humanos espontaneamente. Nas subsequentes idades, este idílico estado de coisas alterou-se, tornando-se o trabalho e as disputas a sorte da humanidade.

À medida que as grandes cidades cosmopolitas da época helenística substituíam as pequenas cidades-estado da Grécia, os escritores gregos começaram a sublinhar as superiores virtudes da antiga vida agrícola, quando mesmo os moradores das cidades estavam mais próximos da terra. Talvez a mais importante atitude grega perante a natureza fosse uma certa curiosidade, combinada com o racionalismo. Os Egípcios e os povos da Mesopotâmia tinham já acumulado uma grande quantidade de conhecimentos práticos e teóricos nos campos da medicina, da astronomia e da matemática. Os Gregos desenvolveram estes conhecimentos usando o espírito de observação. É claro que muitas das suas respostas parecem ter sido erradas, mas puseram algumas questões correctas sobre o ambiente natural e, como cientistas, não tiveram rivais no mundo antigo.

Os Gregos não inventaram conscientemente a ciência da ecologia. Apesar de vir de boas raízes gregas, a palavra ecologia não foi usada

⁵ Platão, *CríCIAS*, 111b.

antes do século XIX, mas os filósofos puseram questões a respeito das relações de vários seres vivos, incluindo as pessoas entre si e com o seu ambiente. Estas questões podiam ser chamadas ecológicas e, ao responder-lhes, os Gregos chegaram a reconhecer alguns princípios ecológicos.

Anaximandro, filósofo pré-socrático, amigo e discípulo de Tales, intrigava-se porque seres humanos, que passam uma larga infância num estado indefeso e são em qualquer caso muito mais fracos do que muitos outros animais, podiam ter sobrevivido nos primeiros tempos. Acreditava que a resposta era que eles tinham originariamente crescido como embriões dentro de criaturas como peixes, onde estavam mais bem protegidos dos predadores.

Empédocles exprimiu uma forma rudimentar da ideia da selecção natural: acreditando que todas as criaturas surgiam de uma combinação aleatória de elementos, sustentou que somente aqueles cuja estrutura se ajustava à sua finalidade tinham realmente sobrevivido.

Heródoto (3. 108) também ponderou o problema da relação entre predadores e presas. Deu notícia de que animais tímidos, que são comidos por outros, produzem crias com grande abundância, enquanto os predadores dão à luz uma pequena prole. Assim se alcança um equilíbrio quantitativo. Esta ideia, hoje reconhecida como princípio ecológico básico, foi repetida por Platão, que a pôs na boca de Protágoras (*Protágoras*, 321b). Este sofista é representado a dizer que os deuses deram garras, asas e outros meios aos animais para os compensar com defesas de uns contra os outros. Esta é uma afirmação bastante primitiva da ideia do equilíbrio das espécies.

Aristóteles, o mais importante escritor grego no campo da biologia, é recordado pela sua cuidadosa classificação e descrição dos animais. Os ensinamentos de Aristóteles acerca dos animais são o alicerce de muito do pensamento ocidental sobre a relação da humanidade com o ambiente natural no seu conjunto. Os seus raciocínios eram teleológicos: todas as coisas tinham uma finalidade. Quando uma coisa preenchia o seu fim era útil e bela.

Teofrasto, discípulo de Aristóteles, foi muitas vezes chamado “pai da botânica”, mas um estudo atento dos seus escritos revela que ele

merece um outro título: “pai da ecologia”. Mais de metade dos escritos botânicos de Teofrasto ocupa-se de observações ecológicas (ver de Teofrasto a sua *Metafísica* e as *Investigações sobre as Plantas*). Não se trata de observações isoladas, mas de um ponto de vista sistemático. Teofrasto não estuda uma planta isoladamente, mas investiga qual a sua relação como organismo vivo com o brilho do sol e a exposição aos agentes naturais, o solo, o clima, a água, a cultura e as outras plantas e animais. Baseava as suas afirmações na observação. Reconhecia a diferença entre grandes zonas climáticas mas também estudava microclimas. Igualmente estava ciente da extrema importância da água para o crescimento das plantas em regiões áridas. Observava com particular interesse a resposta das plantas à domesticação. Algumas plantas, diz ele, não podem ser cultivadas, mas das que podem algumas adquirem uma muito diferente aparência devido ao solo e ao cultivo que recebem. Discute, portanto, alterações produzidas pela cultura. Finalmente dá notícia de certas alterações locais ao clima provocadas por actividades humanas. Reuniu, por exemplo, informações sobre as alterações de temperatura causadas na sua época pela drenagem dos pântanos, desvio do curso dos rios e desflorestação.

A ciência grega recebeu um impulso significativo do Museu, um instituto de investigação de Alexandria. Quando Alexandre Magno conquistou o Egipto, fundou a cidade de Alexandria como capital. Depois da morte de Alexandre, Ptolomeu, um dos seus generais, tornou-se rei do Egipto. Ele e o seu sucessor, também chamado Ptolomeu, convidaram Demétrio de Faleros e Estratão de Lâmpsaco, ambos discípulos de Aristóteles e de Teofrasto, para Alexandria, a fim de fundar e ajudar directamente um grande sector científico, literário e religioso do palácio, sob patrocínio real e minuciosa supervisão. Não se tratava propriamente de uma escola, mas de um lugar onde filósofos e poetas podiam prosseguir os seus estudos e corresponder às orientações do rei. O Museu, assim chamado porque era dedicado às Musas, as deusas dos vários campos da literatura e da ciência, incluía a maior biblioteca do mundo antigo, com quase todos os livros conhecidos. Ligado ao Museu estava um jardim botânico com plantas de muitas partes do mundo e um jardim

zoológico com uma ampla coleção de animais, tudo disponível para o estudo dos cientistas residentes.

Descobertas importantes foram feitas em Alexandria. Na astronomia, tanto as teorias geocêntricas como as heliocêntricas foram elaboradas. Na geografia, a dimensão da terra foi medida com precisão e a existência de faixas climáticas discutida. Na medicina, a anatomia foi estudada através de cuidadosas dissecações. Lá e noutras zonas do mundo helenístico, manuais botânicos foram escritos e ilustrados com desenhos. Infelizmente muitos dos escritos dos cientistas do Museu pereceram, mas o Museu de Alexandria representou um ponto culminante no estudo grego do mundo natural e estabeleceu uma ponte no tempo entre os filósofos gregos do século IV a. C. e o crescimento de Roma no domínio da bacia mediterrânica.

É neste fundo de preocupações científicas, que atingem os domínios da ecologia, que se situa a novela rústica a que já fizemos alusão. Mais precisamente, essa novela insere-se, como dissemos, na oposição à vida urbana das grandes cidades cosmopolitas da época helenística, pondo em cena a vida idílica de simples caçadores e pastores, isolados em terras afastadas da ilha de Eubeia, onde viviam num estado de felicidade natural, em contraste com vida dita “civilizada” das cidades. Foi seu autor o escritor grego da época helenística Díon, cognominado *Crisóstomo* (Boca-de-Ouro) pela sua eloquência. Era uma personagem rica e considerada na sua cidade natal de Prusa, na Bitínia. As suas primeiras produções pertencem ao género sofístico. Com cerca de quarenta e dois anos, suscitou a desconfiança do imperador romano Domiciano, sem dúvida por causa das relações amigáveis que mantivera com o genro de Tito, Flávio Sabino, executado em 82 d. C. Teve, por isso de exilar-se. O exílio durou catorze anos, até à morte de Domiciano, em 96, e fez dele um filósofo errante, um pregador popular, que percorreu todo o Oriente com o manto, o alforje e o cajado dos filósofos cínicos. Andou errante não só pela Grécia, mas também pelas margens do Danúbio e pelas do Dniepre (o clássico Borístenis). Já antes do exílio, percorrera a Ásia Menor e visitara o Egipto. Esta existência vagabunda cessou com a subida ao trono do imperador Nerva. A crer em Filóstrato

(na sua *Vida dos Sofistas* I, 7), Díon teve mesmo ocasião de ajudar, nestas circunstâncias, acalmando os legionários do acampamento em que trabalhava para ganhar a vida, e em que o assassinato de Domiciano tinha suscitado um começo de revolta. Estava então nos cinquenta e seis anos. Tornou-se uma personagem de novo influente, não só em Prusa, mas também em Roma, onde estabeleceu relações estreitas com os imperadores Nerva e Trajano. Morreu por volta de 112 d. C. Há na sua vida três períodos distintos: antes, durante e depois do exílio. O Discurso VII, onde se encontra inserida, dos parágrafos 1 ao 81, a novela do *Caçador de Eubeia*, pertence ao último período. Díon conta nessa história uma das suas (reais ou fictícias) recordações de exílio, para dela extrair uma lição moral e também, como pretende Paul Mazon, para apoiar a política agrária de Trajano⁶.

A filosofia cínica tinha como fim a felicidade, concretamente a felicidade segundo a natureza, não de acordo com a opinião da maioria. Em relação às plantas e também aos animais, considerava-se que se realizavam quando cada um deles alcançava o seu fim sem obstáculos e segundo a sua natureza. É essa a moralidade que poderia deduzir-se da leitura do *Diálogo da Eubeia* (*Euboico*, como tradicionalmente se designa) ou *Caçador de Eubeia*⁷. Com efeito, este relato novelesco constitui um *parádeigma* (um exemplo) de que a vida do homem é feliz e sem problemas, quando o ser humano vive de acordo com a natureza. Segundo a tradição cínica aceite por Díon, foram os agrupamentos humanos das cidades que afastaram o homem do ambiente normal que o rodeia, meio em que consegue os recursos naturais para viver. No Diálogo VII, contrapõe a riqueza à pobreza, a civilização e suas normas à vida segundo a natureza, demonstrando como a existência de uns pobres campesinos é mais feliz do que a que levam os ricos e poderosos nas cidades.

A primeira parte do *Diálogo da Eubeia* é considerada como o melhor que literariamente nos chegou de Díon de Prusa (parágrafos

⁶ Paul Mazon, “Dion de Pruse et la politique Agraire de Trajan”, *Lettres d’Humanité*, 2 (1943) 47-80.

⁷ Ver: Gaspar Morocho Gayo, Díon de Prusa, *Discursos* (Madrid 1988) 335 e sqq.

1. a 80). O Discurso VII ou *Euboico* é um dos mais extensos que se conservaram de Díon. A estrutura externa do discurso tem duas partes diferentes, se bem que praticamente de idêntica extensão. Na primeira, a que já aludimos, Díon narra uma aventura que lhe teria acontecido durante os anos do seu desterro: arrojado por uma tempestade às costas da ilha de Eubeia, foi acolhido e albergado por um caçador que pertencia a uma pequena comunidade formada por duas famílias. Esta gente humilde vivia da agricultura, da criação de gado e da caça, numas terras abandonadas, num vale afastado entre montanhas (1-21). A caminho da cabana, o caçador conta a sua vida a Díon (22-63) e a visita que tinha efectuado à cidade por exigência de um cobrador de impostos. O relato acaba com a narração da generosa hospitalidade que recebe Díon e com uma boda campestre, em que se unem um jovem e uma jovem destas duas famílias, cuja existência estava ligada pelas tarefas quotidianas (64-80). Nesta primeira parte do Discurso VII (que constitui propriamente a novela rústica) opõe-se a vida tranquila e simples à agitação da urbe.

Na segunda parte do Discurso VII (81-152), com uma forma mais tradicional, desenvolve-se a tese moral e filosófica induzida do relato, possivelmente uma reelaboração posterior, pois, como disse F. Jouan num seu artigo sobre os temas romanescos neste discurso, “o desenvolvimento das ideias não está isento de confusão e, sobretudo, o estilo, que utiliza todos os recursos da eloquência de aparato, o que se opõe à naturalidade da primeira parte”⁸. A oposição verifica-se não só no plano da expressão mas também no do conteúdo. O homem primitivo vive em contacto com a natureza, o civilizado passa a sua vida na cidade. Um é “natural” e o outro “convencional”. Na cidade, as formas de actividade económica são a indústria e o comércio. O meio de troca é o dinheiro. No campo, o dinheiro não é necessário e, por isso, ali “não nasce nem cresce”, já que nada tem que ver com a natureza.⁹

⁸ F. Jouan, “Les Thèmes romanesques dans l’*Euboico* de Díon Chrysostome”, *R. E. G.*, 90 (1977) 40.

⁹ Ver: C. Miralles, “Sobre algunos ideales de la vida en la Antigüedad tardía”, *Bol. Ist. De Est. Hist.*, 7, 1 (1973) 89.

O *Euboico* parece ser uma obra de pura ficção literária. Provavelmente o discurso foi pronunciado em Roma por volta do ano 100 d. C. Recolhe uma série de elementos e tópicos de tradição muito antiga. A acção situa-se numa ilha, lugar preferido para descrever e narrar a abundância dos bens e a vida feliz: tenhamos em vista a *Ilha dos Bem-Aventurados*, a *Atlântida* de Platão, a *Merópide* de Teopompo, etc. Já a *Comédia Antiga* tinha criado cenas bucólicas nos campos da Ática para opor a vida campestre à urbana: por exemplo, a comédia *Paz* de Aristófanes, as *Cabras* de Êupolis, os *Selvagens* de Ferécates, etc. Todas estas obras nos apresentam uma natureza idílica e uma vida ditosa à maneira primitiva, afastada da civilização urbana e das suas manifestações científicas. A sátira do refinamento da civilização urbana de Atenas em contraste com os costumes simples do campo acentua-se na *Comédia Média* e na *Comédia Nova*. Por outro lado, os cínicos haviam popularizado, como um arquétipo digno de imitação, a figura do sábio que vivia de acordo com a natureza, sem participar na corrupção, no luxo e nos falsos valores próprios da civilização, regida por leis e convencionalismos sociais. Onesícrito, um adepto da escola cínica que viajava no séquito de Alexandre, idealizou com características cínicas os brâmanes indianos por viverem dedicados à filosofia, contemplando o espectáculo da natureza¹⁰.

A vida segundo a natureza era o único meio para tornar novamente possível a Idade de Ouro, representada umas vezes como paraíso perdido outras como promessa de felicidade futura¹¹. C. Miralles num artigo sobre alguns ideais de vida na Antiguidade tardia¹² e F. Jouan, no já citado artigo sobre os elementos romanescos no *Euboico* de Díon¹³, estudaram sumariamente as relações deste com o romance contemporâneo e posterior. O *Caçador da Eubeia* não é propriamente um romance, mas

¹⁰ Ver: Pseudo-Calístenes, *Vida y hazañas de Alejandro de Macedonia*, trad. de Carlos García Gual (Madrid 1977) 178 e sqq.

¹¹ Ver: Gaspar Morocho Gayo, “La Edad de Oro en la Comedia Antigua”, *Perficat* 128-9 (1971) 201-254.

¹² Ver nota 9 supra.

¹³ Ver nota 8 supra.

um exemplo que ilustra uma concepção filosófica da vida. Tanto o *Euboico* como o romance herdaram uma série de elementos muito elaborados pela comédia e pela filosofia cínica. Os motivos literários podem explicar-se por haverem derivado ambos de uma fonte comum e por empregarem técnicas narrativas similares. E não fica mal lembrar aqui o celeberrimo romance pastoril de Longo, *Dáfnis e Cloe*, muito provavelmente contemporâneo ou pouco posterior ao *Caçador da Eubeia*, que havia de desempenhar na literatura europeia a partir do Renascimento um papel tão importante, como inspirador da écloga, de dezenas de romances pastoris e de obras plásticas e musicais.

A crítica nossa contemporânea tem estudado o *Euboico* a partir de uma perspectiva histórica. Para Paul Mazon, trata-se de um discurso a favor da política agrária dos imperadores romanos¹⁴. A. Day duvida da presença de Díon na ilha de Eubeia e sustenta o carácter retórico do discurso, cujo argumento central seria a decadência da Grécia e a inutilidade económica das grandes propriedades rurais¹⁵.

E nós concluiremos lembrando que ciclicamente se repetem certos fenómenos sociais. Esta curta novela de há dezanove séculos vem pôr em cena figurantes que os Verdes do nosso tempo não desdenhariam com as suas preocupações de protecção do ambiente, de oposição da vida em contacto com a natureza à vida poluída das cidades. Por outro lado, a política agrária de Trajano, com que Díon parece ter querido colaborar, põe em cena os problemas bem actuais da desertificação dos campos, da fuga para as cidades, assim como a situação dos latifúndios e dos grandes proprietários absentistas. É caso para dizer mais uma vez: *Nihil noui sub sole* ou seja “nada de novo à face da terra”, a não ser a tecnologia¹⁶.

¹⁴ Ver nota 6 supra.

¹⁵ A. Day, “The value of Dio Crysostome’s *Eubean* Discourse for the Economic Historian”, in *Roman Economics and Social History* in Honor of Alllan Chester Johnson (Princeton 1951) 209-235.

¹⁶ Para apreciar Díon, inclusive o estilo, é preciso evidentemente conhecer o grego e ler o autor no original. Com esse fim podemos utilizar a edição inglesa: Dion Crysostome, *Discourses* – Loeb Classical Library (Londres) 5 vols. O Discurso VII encontra-se no vol. I. Para uma compreensão geral da obra de Díon é útil o livro de Paolo Desideri, *Dione di Prusa* (Messina 1978).